



ACTA Nº 8/02

Data da reunião ordinária: 15-04-2002

Início da reunião: 15:35 horas

Fim da reunião: 17:35 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente: Fernando José Gomes Rodrigues

Vereadores:

Manuel Orlando Fernandes Alves

Nuno Alves Pereira

Albino de Morais Fidalgo

Adelino Augusto dos Santos Bernardo

Abel Rodrigues Afonso

Guilhermina Maria Rodrigues da Costa

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: António Joaquim Gonçalves Dinis

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



Aos quinze dias do mês de Abril de dois mil e dois, nesta vila de Montalegre, edifício dos Paços do Município e sala das sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, estando presentes todos os seus membros.

Foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a reunião eram quinze horas e trinta e cinco minutos.

Secretariou António Joaquim Gonçalves Dinis, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) designado, para o efeito, por despacho de 11 de Janeiro de dois mil e dois.

Acta da Reunião Anterior

A acta da reunião anterior foi previamente distribuída com a ordem de trabalhos da presente reunião, considerando-se dispensada, desta maneira, a sua leitura.

DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por unanimidade, a acta.

ORGÃOS DA AUTARQUIA

PESL

Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.

Foi presente o Relatório de Actividades de Outubro a Dezembro de 2001, da PESL - Parque Eólico da Serra do Larouco, S:A:

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DAF- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

REPARTIÇÃO ADMINISTRATIVA

Expediente

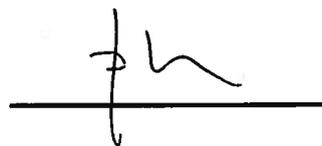
Decreto Regulamentar nº 22/2002

Decreto Regulamentar nº 22/2002 - Altera o Decreto Regulamentar nº 20/99, de 13 de Setembro, que regula os conjuntos turísticos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Decreto Lei nº 84/2002

Decreto Lei nº 84/2002 - Procede à integração da profissão de operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras na carreira de operário altamente qualificado do grupo de pessoal operário.



A Câmara Municipal tomou conhecimento.

REPARTIÇÃO FINANCEIRA

Relação de Pagamentos Efectuados

Foi apresentada a relação dos pagamentos efectuados no período compreendido entre vinte e sete de Março e nove de Abril do ano dois mil e dois, na importância de Euros 241.687,84.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ano Financeiro 2002

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Orçamento e o Plano, tendo referido o seguinte:

"O Orçamento proposto para 2002 apresenta o valor de 28.400.000,00 euros .

Trata-se de um orçamento de rigor, agora acrescido com as exigências do POCAL. Mas é um orçamento com o sentido das responsabilidades sociais, reflectindo a ambição da continuada modernização e do desenvolvimento do nosso concelho. Poderá dizer-se que é elevado e que está acima da nossa capacidade de realização, mas nele está patente o sentido de oportunidade e do melhor aproveitamento dos fundos comunitários pelo município.

Aí se incluem as novas despesas e as novas obras, assim como aquelas que foram realizadas, no todo ou em parte no ano anterior e que não conseguiram financiamento.

Foi uma aposta de risco controlado realização dessas obras que não conseguiram, financiamento, mas que já o garantiram entretanto, ficando, pois, o concelho a ganhar.

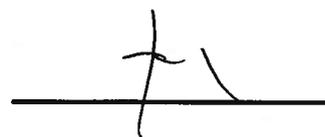
E por essas obras feitas e que agora irão ser financiadas, pelas projectadas e lançadas de novo, o orçamento de 2002 será, seguramente, aquele que vai permitir a maior realização efectiva de obra, mas também a maior realização financeira de sempre.

Mas passemos a exemplificar.

As **despesas correntes** previsíveis somam 8.261.500,00 euros. De acordo com as normas do POCAL aí se incluem todas as despesas assim consideradas por este novo diploma, algumas das quais anteriormente apareciam espelhadas no Plano de Actividades.

O seu crescimento em relação ao ano anterior tem a ver apenas com esta norma e com as novas responsabilidades na área do ambiente, dos resíduos sólidos, dos equipamentos desportivos e de lazer, do alargamento do pré-escolar, dos serviços culturais, das novas tecnologias de informação e da promoção do concelho, devendo referir-se que nesta área algumas dessas iniciativas permitem realizar receitas, porquanto muitas acções se enquadram em candidaturas dos fundos comunitários. Também as verbas previstas para formação constituem uma parcela volumosa que engorda as despesas correntes, mas não representam encargos porque são financiadas a 100%.

As despesas com pessoal somam 3.839.428,00 euros e representam 13,5% da



despesa total e 46% da despesa corrente, podendo por Lei atingir 60% das receitas correntes.

Em todas as despesas correntes há um sentido de rigor, mas a responsabilidade e as expectativas que recaem sobre as autarquias são tantas que basta apreciar o plano na parte das acções correntes mais relevantes para se concluir da grandeza, mas da necessidade e justiça de tais compromissos.

Com todos os encargos criados com o progresso, desenvolvimento e bem estar e apoio às entidades locais, as despesas correntes continuam a ser inferiores à capacidade da receita corrente, sendo certo que este representa o maior problema das autarquias do interior e do mundo rural, cuja população, justamente, tudo lhe reclama, mesmo o que não é da sua competência, e que não querem nem podem sacrificar os municípios com tarifas dos serviços que prestam elevadas e não encontram os valores justos na participação dos impostos do Estado.

Contudo, e apesar das baixas receitas mas do cumprimento das normas, mesmo assim as despesas correntes estão descaracterizadas no nosso município porque imputamos a este grupo todas as despesas de pessoal, ADSE, máquinas, leasings, combustíveis, etc, que servem para realizar muita obra por administração directa que se fossem realizadas por empreitada constavam como despesas de capital.

As **despesas de capital** somam 20.138.500,00 euros. Aí constam 165.500,00 euros de passivos financeiros, 150.000,00 euros de transferências de capital para investimentos das associações. Para obras resulta uma previsão de 19.823.000,00 euros incluindo-se aqui, como já se referiu, as obras executadas e não pagas, muitas das quais terão agora financiamento comunitário, muitas que pelo seu volume e natureza se prolongaram para além de Dezembro 2001, e muitas, muitas, obras novas.

As **receitas correntes** estão calculadas de forma rígida e correspondem às receitas cobradas no ano anterior.

As **receitas de capital** totalizam 19.200.000,00 euros.

A participação nos impostos do estado (FEF) é de 3.489.105,00 euros. Empréstimos contratados (intempéries e BEI) e ainda não levantados somam 548.867,00 euros. De venda de escolas primárias e outro património e terrenos nos loteamentos industriais, ao IGAPHE e outros prevê-se a realização de 4.052.467,00 de euros. Há ainda possibilidade de realização de receitas do Piter, de uma candidatura dos Municípios de Montanha de 2000 e do Leader de despesas já feitas, que poderá ultrapassar os 500.000,00 euros.

Conseguimos agora o financiamento de uma candidatura de hoverbooking do II QCA de 250.000,00 euros.

Estas receitas não foram consideradas no orçamento por indefinição relativamente às primeiras e por só agora nos ser comunicada a aprovação desta última, servindo a sua receita imprevista para contrapor com eventuais falhas de outras receitas previstas. E porque também que vale a pena correr alguns riscos.

Relativamente às grandes opções do Plano referiu o seguinte:

Dizíamos na introdução das grandes opções do Plano do ano anterior que o Plano apresentava algumas obras volumosas e daí o seu valor elevado. Que em todo o resto se tratava de um Plano normal com as conservações e pequenas obras. Mas que toda aquela estrutura tinha a ver com "a necessidade das obras, com a nossa



determinação em fazê-las e com as circunstâncias de se iniciar o III QCA“.

E serve esta justificação para o que a seguir se apresenta.

A dotação global do Plano de 2002 é de 19.973.000,00 euros e também pode ser considerado elevado. Mas as obras grandes continuam e outras vão iniciar-se. Isto porque o III QCA se atrasou e porque estamos agora em ano cruzeiro com os projectos para os fundos comunitários.

Trata-se de um plano plurianual com indicação de obras que se encontram realizadas em todo ou em parte e que na vigência do primeiro ano do III QCA não obtiveram financiamento, ou por estratégia definida, ou por atrasos no arranque dos programas como acontece com o Interreg que ainda não permite candidaturas. É o caso da estrada de Pitões a Tourém, de Montalegre à Fronteira, do saneamento de Cambezes, Aldeia Nova e Solveira e muitas redes de água que vão agora beneficiar de financiamento de 75%, ou nos casos em que já há outros apoios como a variante e Procom II que vão beneficiar de reforço de 50% do total das obras.

E trata-se também de um planeamento anual para 2002, mas também para os próximos quatro anos onde figuram os compromissos recentemente assumidos perante os barrosões.

A inscrição de umas e de outras iniciativas obedece ao objectivo de permitir alguma flexibilidade na sua gestão, tendo em conta eventuais atrasos ou adiamentos na sua execução face a natureza provisional de um Plano de Actividades que deve ser um verdadeiro instrumento de gestão e nunca um aparelho bloqueador. De qualquer forma, este Plano mais exigente mas também mais aberto, no sentido das novas exigências do POCAL, irá permitir e obrigar mesmo a alterações mais frequentes.

Agora, de forma explícita, no próprio Plano, indicam-se obras por empreitada e outras por administração directa, não incluindo a dotação destas últimas a muita incorporação de mão de obra e máquinas da Câmara.

Da mesma forma se indicam algumas iniciativas com verbas reduzidas para se iniciarem apenas este ano os trabalhos ou apenas para essas obras poderem ser candidatas aos Fundos Comunitários, ficando a sua realização condicionada à sua aprovação.

Mas analisemos os principais objectivos.

O Plano de Actividades prevê um série de intervenções pouco significativas em remodelações de instalações municipais, mas contempla a instalação de estaleiros em Salto e Ferral.

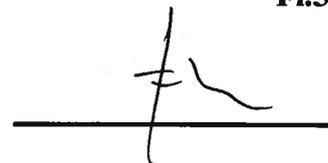
As obras dos quartéis dos bombeiros serão apoiadas.

Conclui-se uma fase de intervenções importante na beneficiação de escolas e jardins de infância, ficando a orientação de mais intervenções a médio prazo.

O Lar de Idosos de Cabril que já tem terreno e projecto tem o apoio para a sua construção assim seja aprovado pelo Governo.

Continua o apoio na habitação social individual e vai ser lançado o concurso do prédio Albino Fidalgo em Montalegre, havendo já acordo com o IGAPHE e projecto em apreciação.

Na urbanização vamos encerrar o Procom 1 em fase de conclusão, concluir o Procom 2 em curso e encerrar também financeiramente e materialmente as obras do grupo de reabilitação da sede do concelho. Já foram lançados os concursos dos arranjos



urbanísticos com as rotundas do Valdoso e Corujeira e dos arranjos exteriores da piscina de Montalegre. O Parque de Exposições de Montalegre com o seu conjunto de Multiusos, Pavilhão Gimnodesportivo, Auditório, Serviço PNPG, Campo da Feira, Mercado de Gado, está em fase de adjudicação. Vai a concurso brevemente a urbanização de Salto que corresponde ao acesso à zona desportiva e que vai criar mais uma área de crescimento daquela vila.

Nos saneamentos incluímos uma série de obras para conclusão e nas águas também aparece uma listagem enorme de conclusão de muitos trabalhos e de início de beneficiação de outras redes.

No ambiente prevê-se a grande obra da recuperação das margens do Cávado em Montalegre que se prevê seja financiada pelo Interreg.

Na cultura destacamos o investimento na beneficiação da Biblioteca e da segunda fase da Casa do Capitão, ambas as obras já adjudicadas e o núcleo central do ecomuseu de Barroso que está em fase de projecto para ser candidata ao Interreg.

Na rede viária II, rede viária III, da estrada da fronteira e da variante, estão em curso e irão realizar-se trabalhos da rede viária IV por administração directa conforme as possibilidades da Câmara e ainda outros pequenos troços. Está prevista a ligação a Montalegre Chaves que se encontra designada por Soutelinho Montalegre para ser candidata ao Interreg e arrancará logo que se garanta financiamento. E nos caminhos, para além do apoio em pequenas obras, vamos continuar, por administração directa Ladrugães, Reigoso, Sacozelo.

Incluem-se arruamentos em todas as freguesias, muitos destes que se encontram realizados em parte.

No turismo registamos o andamento da segunda fase do parque de Campismo de Penedones. Prevê-se também candidatar ao Interreg o acesso desde a EN. Foi aprovada uma candidatura Agris que contempla um pequeno arranjo público em Penedones e a beneficiação da zona de lazer junto da barragem e iremos lançar a obra mais na segunda parte deste ano.

Em conclusão podemos dizer que estamos perante um bom Plano, o Plano que foi anunciado ao eleitorado e que vai encerrar muita obra e marcar um início auspicioso do presente mandato."

Plano Plurianual Investimentos

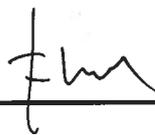
Foi apresentado o Plano Plurianual de Investimento no valor, em Euros, de 19.973.000,00.

DELIBERAÇÃO:

Aprovado, por maioria, o Plano Plurianual de de Investimentos para 2002. Mais ficou deliberado submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal. Votaram contra os Senhores Vereadores do PSD com declaração de voto.

Plano de Actividades Municipal

Foi apresentado o Plano de Actividades Municipal no valor, em Euros, de 2.385.860,00.



DELIBERAÇÃO:

Aprovado, por maioria, o Plano de Actividades Municipal. Mais ficou deliberado submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

Votaram contra os Senhores Vereadores do PSD com declaração de voto.

Orçamento da Receita e Despesa

Foi apresentado o Orçamento que se equivale na receita e na despesa, em Euros, no valor de 28.400,00

DELIBERAÇÃO:

Aprovado, por maioria, o Orçamento da Receita e Despesa para 2002. Mais ficou deliberado submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

Votaram contra os Senhores Vereadores do PSD com declaração de voto.

Os senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara apresenta-nos um orçamento sem rigor, completamente desfasado da realidade. De nada nos serve este documento, que deveria permitir, com alguma certeza, prever as obras que a autarquia poderia realizar neste ano, se as verbas ali inscritas não tem sustentação, se sabemos à partida que aquelas receitas são mera manobra política de ilusão.

O rigor exigido pela nova lei da contabilidade autárquica não se compadece com estes empolamentos orçamentais.

Esta Câmara realizou no ano anterior 12 592 492 €, prevê realizar este ano 28 400 000 €. Não se vislumbra nenhuma nova receita que permita prever um aumento para mais do dobro.

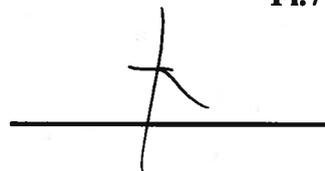
Consideramos ser ilegal o orçamento apresentado, pelas razões que passamos a enumerar:

1 – Prevê este orçamento um aumento para mais do dobro das receitas provenientes da divisão de lucros da EHATB (173 986 € realizado ; 494 000€ previsto) e Alvadia (180150€ realizados e 249 000 previsto) sem que acompanhe o orçamento qualquer documento destas empresas onde esteja demonstrada a previsão deste aumento.

2 – Na rubrica 08.01 (venda de terrenos e recursos naturais), prevê arrecadar 2 702 467 €. Sabendo que os únicos terrenos para venda são os lotes da Zona Industrial de Montalegre e de Salto, e que vendendo neste ano todos os lotes ao mais alto preço da tabela, a Câmara realizaria apenas 1 359 766€, nunca poderá a Câmara realizar os 2 702 467 €. Nunca a receita nesta rubrica poderia ultrapassar 1 359 766€.

3 – Não foi deliberado pela Câmara ou Assembleia Municipal qualquer venda de edifícios ou construções. Não se vislumbra de onde possa provir a receita de 1 350 000€ prevista na rubrica 08.02.

4 – Prevê o Sr. Presidente da Câmara arrecadar de transferencias de capital do exterior (rubrica 09-04), mais de 10 000 000€. Desconhece-se a homologação de qualquer destas candidaturas a programas comunitários, excepto o Pacto do Alto



Tâmega. Por exemplo, as candidaturas ao INTERREG ainda não foram sequer apresentadas, sem a certeza da sua apresentação, muito menos da sua homologação, como consegue o Sr. Presidente da Câmara prever uma receita de 2 058 750€?

Ao analisar estes documentos não podemos esquecer que o ano de 2001 foi um ano de eleições, por isso, houve um maior esforço na obtenção de receita e realização de obra. E este é mais um factor que nos leva a não esperar uma maior realização para o corrente ano.

Se aos 28 400 000 € previstos como receitas para 2002, retirarmos:

1 – 1 342 701€ (diferença entre a previsão de receita com a venda de terrenos e o valor que, no máximo, a Câmara poderá arrecadar com esta receita);

2 – 1 350 000€ (previsão de receita com venda de edifícios, que não pode existir)

3 – 9 659 750€ (previsão de receita de fundos comunitários, que em princípio não estão homologados)

Concluimos que estará mais próximo da realidade a previsão de receitas para o corrente ano de 16 047 549 €, o que corresponde a um aumento de cerca de 27%, em relação ao ano anterior.

Com um orçamento assim, que mais parece um exercício hipotético de um qualquer grupo de estudantes, não é possível confiar nesta gestão.

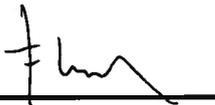
Como não podia deixar de ser, com um orçamento ilusório, mais uma vez o Plano de Actividades apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, leva-nos para o reino da fantasia, do imaginário e da mentira.

Estamos no reino da fantasia e do imaginário, porque pouco do que parece é. Como dos mais de 28 000 000 € previsto no orçamento, apenas metade vai ser arrecadado pela Câmara (como supra se deixou demonstrado), há que prever a realização de obras que, sabe o Sr. Presidente, não as vai realizar.

Obras de investimento que se arrastam nos planos de há vários anos, e que mais uma vez, este ano, continuam a fazer parte do rosário de falsas promessas. Poderíamos dar muitos exemplos, mas limitamos a referir alguns já referidos no ano anterior para que se veja o ridículo da situação: "Jardim infantil de Salto, Ferral, e Vila da Ponte, Biblioteca Municipal, Quartel dos Bombeiros de Salto, Lar de Idosos em Vilar de Perdizes, água á Borralha, recuperação da zona de lazer do Cávado, polidesportivo em Vilar de Perdizes, parque desportivo da Vila de Salto, entre tantos outros que seria fastidioso continuar a enumerar.

Estas e tantas outras obras que estão no plano, por costume não se vão realizar, e com o passar dos anos irão desaparecer dos planos sem serem realizadas, como já aconteceu com o reforço de água a Ferral e Parada, a conduta em Taboadela, reforço em Bustelo, reforço e depósito em Medeiros, Centro Rural das Alturas do Barroso, Casa do Fumeiro do Barroso, Museu do Barroso, Campo de Golf, etc

Ao lermos o plano de actividades dá-se a ilusão que vai haver investimentos em quase todas as freguesias. Assim, os membros da Assembleia, principalmente os Presidente de Junta, terão alguma dificuldade em votar contra obras na sua freguesia. A menos que lhe sirva de exemplo a atitude o Ex. Presidente da Junta da Freguesia de Morgade. Apesar de ter sido eleito pelo Partido Socialista, bateu com a porta á recandidatura, não se inibindo de demonstrar que foi enganado pelas falsas promessas do Sr. Presidente da Câmara.



Mas se compararmos o Plano de Actividades para 2002 e o Relatório de actividades de 2001, verificamos que as verbas previstas para muitas freguesias são apenas para pagar as dívidas de 2001.

Vejamos alguns exemplos:

Água a Cabril - Em 2001 previa o Sr. Presidente da Câmara como custo desta obra 54 867,77 €. A obra foi iniciada, mas não está acabada, ainda faltam realizar trabalhos, no valor de 25 119,13€. Da obra já executada deve a Câmara 12 502,44€. Orçamentou o Sr. Presidente da Câmara para esta obra no corrente ano, 25 000€. Ao pagar o que está em dívida fica apenas com 12 497,56 €. Cerca de metade do dinheiro necessário para acabar a obra.

Água a Aldeia Nova - Em 2001 previa o Sr. Presidente da Câmara como custo desta obra 24 939,89 €. A obra foi iniciada, mas não está acabada, ainda faltam realizar trabalhos, no valor de 14 575,52€. Da obra já executada deve a Câmara 10 308,35€. Orçamentou o Sr. Presidente da Câmara para esta obra no corrente ano, 15 000€. Ao pagar o que está em dívida fica apenas com 4 692 €. Menos de um terço do dinheiro necessário para acabar a obra.

Água a Penedones - Em 2001 previa o Sr. Presidente da Câmara como custo desta obra 34 915,85 €. A obra foi iniciada, mas não está acabada, ainda faltam realizar trabalhos, no valor de 28 587,65€. A obra já executada encontra-se por saldar num total de 6 328,20€. Orçamentou o Sr. Presidente da Câmara para esta obra no corrente ano, 15 000€. Ao pagar o que está em dívida fica apenas com 8 671,80 €. Cerca de um quarto do dinheiro necessário para acabar a obra.

Esta situação repete-se para mais quinze freguesias.

O mesmo acontece com os arruamentos e o saneamento.

De outra forma não podia ser. Pois se somarmos a previsão com despesas correntes (8 261 500€), a previsão com os encargos da dívida bancária (290 110€), a previsão com encargos do Leasing (359 040€), e a dívida a fornecedores descrita na conta de gerência de 2001 (5 749 133€) o que perfaz o cômputo de 14 659 783€, e se recordarmos o que foi dito sobre a previsão de receitas, daquilo que a Câmara vai arrecadar, depois de pagas estas despesas e encargos apenas sobra 1 387 766€ (cerca de 278 mil contos).

A menos que consiga a aprovação de candidaturas a fundos comunitários, ou recorra a crédito bancário, a nossa autarquia dispõe de 278 mil contos para a realização de obras este ano.

Mas não podemos esquecer que no ano de 2001 a Câmara de Montalegre arrecadou de receitas provenientes dos fundos comunitários cerca de um milhão e meio de euros. É de tal forma absurdo que se torna ridículo prever, mesmo na mera hipótese académica, a obtenção de receitas provenientes destes fundos de cerca de dez milhões de euros.

Pela forma como defendemos a necessidade de muitas das obras, que nos são há tanto tempo prometidas e porque já há muito que afirmámos que pecam por tardias, poderíamos dizer que uma parte do plano de actividades é também nosso, porque são obras reivindicadas por nós, porque faziam parte do nosso programa autárquico.

É lamentável que o Sr. Presidente da Câmara numa atitude de despesismo e de novo riquismo nos apresente um plano absolutamente demagógico, que atenta à



dignidade do povo Barrosão, com a previsão de despesas de investimento de mais de 20 000 000 €, quando se sabe não vão ser realizadas, por falta de planeamento, objectividade, definição de prioridades e contenção nas despesas correntes.

Aquelas obras, quantas para satisfazer de necessidades básicas, que se arrastam nos planos por vários anos, vão continuar a ser preteridas.

Por todas as razões expostas, por não podermos compactuar com o caminhar para o subdesenvolvimento, com a hipoteca do futuro do nosso Concelho, os vereadores do PSD, votam contra o orçamento e plano de actividade."

O Senhor Presidente da Câmara proferiu a seguinte intervenção:

"A declaração de voto apresentada pelos vereadores do PSD faz parte do habitual lamento da oposição. Nunca se realiza coisa nenhuma, nunca se faz obra! E para se ser mais contundente diz-se isso logo antes de se começar.

Sobre o empolamento da receita foi dito que no ano anterior a Câmara realizou muitas obras não tendo conseguido a realização financeira. Isto é, fez as obras e aumentou a dívida. Ora, como muitas obras estão já feitas e vão agora ser financiadas, elas têm de constar do Plano.

Sobre as receitas contestadas deve referir-se que a EHATB informou por escrito a Câmara das receitas possíveis e é isso que consta no orçamento.

Na venda de terrenos a Câmara admite poder vender muitos espaços urbanos que podem atingir os valores orçamentados, entre os quais se referem: Loteamento industrial de Montalegre, loteamento industrial de Salto, Lotes a desanexar de escolas primárias, terreno do triângulo do hospital e Av. da Noruega, terreno da instalação da Resat no Valdoso, sobrantes da EN 103 e 308, terrenos na segunda ponte em Montalegre, lote para construção de prédio de Albino Fidalgo e toda a área no fundo do Bairro Albino Fidalgo, lotes no bairro Albino Fidalgo, terrenos no fundo do loteamento do Prado, lote na antiga estação de bombagem, terreno sobrance na Av. D. Nuno Álvares Pereira - troço do Salgado, terrenos na Av. da Noruega e lote onde está instalado o viveiro, junto do Hospital.

A Câmara pode também vir a vender muitos edifícios de antigas escolas primárias que estão a degradar-se. Venderá também algumas casas do bairro da Borralha e Bairro da Guarda e no Bairro Albino Fidalgo.

Sobre as receitas arrecadadas dos Fundos Comunitários elas estão previstas dentro das possibilidades oferecidas pelos programas. Não é obrigatório que essas candidaturas estejam homologadas para constarem como receitas. A única limitação do Pocal é que as verbas previstas pelos Fundos Comunitários não poderão ser transferidas para reforço de outras obras em eventuais alterações ou revisões.

É contraditório referir tanta iniciativa de obra executada e ao mesmo tempo dizer-se que não se realizaram obras. E é normal e obrigatório que essas obras constem do Plano já que não houve financiamento no ano anterior e apenas serão financiadas este ano. E é lamentável não ter a coragem de considerar que se há obras para pagar dívida, então pelo menos essas já foram feitas mesmo antes do Plano começar.

Sobre as referências a verbas destinadas às obras: água de Cabril, água de Aldeia Nova, água de Penedones e outras há uma batota descarada e as populações, neste caso como noutros, sabem o que é a realidade, que não é, seguramente, nada do que a



oposição nos diz. O que conta é a obra e as obras são feitas. Às vezes com metade do dinheiro do que seria se fosse empreitada uma vez que essas obras são por administração directa e não são aí incluídos os custos do pessoal e das máquinas.

Perante a surpresa de acesso a financiamentos comunitários acusando de irrealista a previsão de 10 milhões de euros é desconhecer os mecanismos disponíveis. Mas é a prova de que o PSD não tinha nem tem conhecimentos nem ousadia para obter os necessários apoios para a realização das indispensáveis obras de modernização do concelho e da sua sede. O PSD fica como que admirado ou até revoltado com tanta obra!

Mas o ridículo do PSD termina na mais elementar contradição: passou o seu discurso a dizer que há receitas empoladas, isto é que não há dinheiro para tanta obra, e finalmente reclama mais obras.

Estamos perante uma opinião política completamente irresponsável e incompetente, própria de quem nos habituou à demagogia e à mentira, cuja única preocupação é dizer mal de tudo, mesmo do que antes se dizia bem e até dizer mal daquilo que no futuro se possa vir a dizer bem.

Por tudo isto, não tem qualquer credibilidade a crítica do PSD que se tem revelado incapaz de ver a realidade porque está interessado unicamente na crítica e no bota-abaixo.

Efectivamente o Plano que se apresentou no âmbito do orçamento de 2002 não é uma certeza, é, como diz o próprio Plano, uma previsão. Mas é uma previsão rigorosa. Aí indicamos o que se vai fazer e o que se fará apenas se houver financiamento pelos fundos comunitários.

Mas teremos de reconhecer que se trata de um Plano com muita ambição e muita obra. E com muita obra que se vai fazer, de certeza.

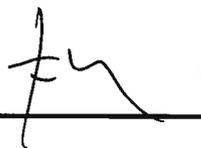
Trata-se de um Plano de continuidade e compromisso porque muitas iniciativas foram lançadas no ano anterior e só agora conseguiram financiamento; porque muitas dessas obras, pelo seu volume financeiro tinham já previsto uma realização plurianual; e porque vimos há algum tempo, com grande trabalho e sentido de antecipação, a preparar os projectos do III QCA para conseguirmos o melhor financiamento para o desenvolvimento do nosso concelho e porque o arranque de alguns programas foi retardado.

Mas é um Plano novo porque estabelece compromissos mais seguros de realização de obras quer em volume financeiro, quer pela sua implicação no desenvolvimento e no futuro da nossa terra.

Trata-se de um Plano de consolidação de uma política de desenvolvimento solidário em todo o concelho e de reforço da urbanidade da sede do concelho como a grande capital do Barroso, polo de interesse histórico, cultural, turístico e comercial e gerador de emprego.

E é por isso um Plano para o presente, mas de afirmação para o futuro e que foi consensualizado pelos Barroenses e que por isso a todos nos deve unir para o sucesso dos seus objectivos.

Por tudo isto este Plano ganha o atributo de rigoroso e exigente, como rigorosos e exigentes são os tempos da sua execução, quer por termos de continuar a concentrar aí muito do nosso trabalho, mas sobretudo pelo esforço financeiro a que esta acção



presente nos vai obrigar, mas com a alegria de estarmos a fazer o melhor que desde sempre se fez na nossa terra.

Não há lugar para tudo. Muito menos para, tudo já!

Mas o concelho já é diferente, e Montalegre vai mudar ainda mais, muito mais com as obras deste Plano."

Obras por Administração Directa **Proposta**

O Senhor Presidente esclareceu que apesar de constar expressamente no Plano Plurianual de investimentos a forma de realização de cada projecto ou acção apresenta-se a proposta para, desta forma, se recolher a autorização dos órgãos.

DELIBERAÇÃO:

Aprovado, por maioria, o seguinte:

- 1- A inclusão deste assunto da ordem do dia bem como a sua apreciação;
- 2- A proposta;
- 3- O envio deste assunto à Assembleia Municipal para aprovação.

Votaram contra os senhores Vereadores do PSD com a seguinte declaração de voto:

"Pede o Sr. Presidente da Câmara autorização para realização de 23 obras por administração directa, pelos valores constantes do Plano de actividades para 2002, incluindo possíveis alterações ou reforços.

A Câmara e Assembleia Municipal podem autorizar O Sr. Presidente a realizar obras por administração directa sem limite de valor. Mas, não podem estes órgãos passar um "cheque em branco" ao Presidente.

Pedir autorização para a realização de determinada obra, incluindo alterações ou reforços sem indicação de qualquer limite até onde podem ir esses possíveis reforços é contra todo o espírito que orientou a elaboração do Dec- Lei n.º 197/99, nomeadamente o n.º 2 do Art. 18º e n.º 2 do Art. 29º do mesmo diploma.

Quando muito pode o Sr. Presidente da Câmara pedir delegação de poderes para realizar obras até ao montante de 150 000 contos.

De outra forma a autorização deverá ser dada, obra por obra, com a respectiva previsão de custos.

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra este pedido de autorização."

O Senhor Presidente da Câmara proferiu a seguinte intervenção:

"A declaração de voto do PSD sobre o pedido de autorização de obras por administração directa é a prova da maldade com que este partido participa nos órgãos da autarquia e da imaginação em inventar para "ser contra".

A Câmara inclui no Plano muitas obras de que não tem projecto. A competência para aprovar projectos está definida por Lei. Essa aprovação de projectos faz-se durante a execução do Plano. Também a Câmara tem poderes para alterar os valores dessas obras. E se a Câmara tem competência para alterar o valor das obras, de o reforçar ou diminuir, porque é que se faz aqui esta demagogia? Será incompetência ou má fé?

O próprio modelo actual do Plano já obriga a que se defina aí qual o tipo de

obra ou empreitada ou administração directa, pelo que a posição dos vereadores do PSD é ainda mais aberrante."

Os Senhores Veredores do PSD apresentaram a seguinte pretensão:

"Os Vereadores do PSD, nesta reunião de Câmara não aprovam o Orçamento e Plano para o ano financeiro de 2002, por considerarem haver inscrição de receitas correntes e de capital para além do permitido por Lei. Para a análise correcta destes valores necessário se torna a verificação de determinados documentos que passamos a referir e requerer cópia:

1- Estudo ou análise da EHATB onde se demonstre e justifique a receita de 494.000,00 Euros de receita;

2- Estudo ou análise da Alvadia onde se demonstre e justifique a receita de 249.000 Euros;

3- Contrato de concessão da EDP onde se prevê a receita de 325.000 Euros;

4- Declaração dos serviços da autarquia com a área e o preço dos terrenos a vender assim como a deliberação do Orgão competente a autorizar a venda.

5- Declaração dos serviços da autarquia com a área e o preço dos edifícios a vender, assim como a deliberação do Orgão competente.

6- Cópia da homologação das candidaturas ao FEDER; Operação Norte; Agris; Agro; Interreg; POA; Procon; Desporto e LEADER.

7- Protocolo com a EDP que dá origem à receita inscrita na rubrica 09.05.02.01."

TESOURARIA

Resumo Diário da Tesouraria

Foi apresentado o resumo diário de tesouraria respeitante ao dia doze de Abril do ano dois mil e dois, o qual aponta para um total de disponibilidades, em Euros, de 361.685,10

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Termo de Balanço Março/2002

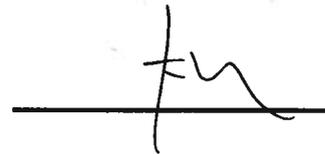
Foi apresentado o termo de balanço elaborado nos termos do artigo 15º do Decreto Lei 92-C /84, de 28 de Dezembro, referente ao mês de Abril do ano dois mil e um.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DUSU - DIVISÃO DE URBANISMO S. URBANOS

GESTÃO URBANÍSTICA

Licenciamento e Registos Diversos



Informação

Foi apresentada a informação nº 8/02 referente às decisões tomadas no âmbito do licenciamento e registos diversos (Obras particulares e informações prévias).
A Câmara tomou conhecimento.

Proposta Proposta

Aquisição dos serviços de recolha indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos do Município de Montalegre. / Autorização para a assunção de encargos por mais de um ano económico.

DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

DSC-DIVISÃO SÓCIO CULTURAL

Habitação Social Regulamento de Cedência e Venda das Casas da Borralha (Alteração)

PROPOSTA: Alteração do regulamento.

DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por unanimidade, a proposta.

Escolas Material Escolar

PROPOSTA: Proponho que a verba disponibilizada às escolas do 1º CEB e jardins de Infância para a compra de material de desgaste passe para 9,98 euros/aluno.

DELIBERAÇÃO:

Aprovada, por unanimidade, a proposta

Encerramento da reunião. Aprovação da Acta em Minuta

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião a dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, aprovada em minuta nos termos e para os efeitos consignados no nº 3, do artigo 92 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, António Joaquim Gonçalves

fu

Dinis, que a redigi e mandei lavrar.

fu
fu